

Coisas da Política

Governo poderá enfrentar o auge da crise em abril

O presidente Fernando Collor já anunciou que o ano novo ainda exigirá sacrifícios para o país. No ano passado, a mensagem do governo também previa um ano duro. Previsões confirmadas. Uma diferença notável entre o próximo reveillon e o último é que o sexagenário ministro Marcílio Marques Moreira não será, certamente, fotografado em trajes sumários em iates de empresários amigos, como ocorreu com Zélia Cardoso de Mello e sua jovem equipe. O país espera também que o presidente Collor, por sua vez, evite festas exageradas em fazendas, iates e *jet-skis*, como fez no ano passado como convidado do empresário Alcides Diniz. Espera-se dele bom exemplo de austeridade, já que, muito justamente, pediu aos brasileiros — para horror do comércio — que não gastassem seus tostões em festanças e presentes natalinos.

Os presságios sombrios para 1992 justificam-se pela determinação do governo em insistir na velha receita de cortar gastos e aumentar receita para equilibrar as contas públicas. Neste momento, desenrola-se, no Congresso, um corpo-a-corpo entre governistas e oposicionistas para aprovação de uma nova legislação tributária mais severa que a atual. É bem provável que seja aprovada mesmo sendo um golpe sobre os assalariados. Líderes da oposição, como o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), reconhecem que é indispensável ministrar remédios amargos para aumentar a arrecadação e garantir superávit nas contas públicas.

O FMI acha a mesma coisa: tanto que todo este namoro entre seu diretor-geral, Michel Camdessus, e o ministro Marcílio Marques Moreira pode acabar em triste desenlace, se o Congresso não garantir a reforma fiscal. O presidente do Banco do Brasil, Lafaete Coutinho, reuniu nesta última semana, em Brasília, representantes internacionais do banco. Entre eles uma opinião unânime: o dinheiro começaria a voltar ao país com as prometidas mudanças fiscais. Seria a prova incontestada da seriedade do esforço do país para sanear seu orçamento.

Esta receita econômica é universal, mas é dolorosa. Significa que o governo tomará mais dinheiro do bolso do contribuinte, ao mesmo tempo em que manterá uma política monetária austera. Este quadro deverá estar agravado a partir de março ou abril — período curto para se obter resultados expressivos no combate à inflação, se a reforma fiscal for implantada em janeiro. Mas um tempo demasiadamente longo para suportar a pressão decorrente da tensão social gerada por esta política. Será, portanto, nesta dobra entre o início da estabilização econômica e o agravamento da recessão que o presidente Collor provavelmente enfrentará, na opinião de economistas que integraram seu governo, sua mais grave crise.

Será o período em que o governo Collor mais precisará de credibilidade e confiança para convencer a sociedade de que o caminho adotado é o correto. Para adquirir novo crédito, o presidente terá que tomar medidas de impacto. Nesta

altura do ano, na avaliação de membros do governo, Collor poderá promover uma reforma ministerial, buscando nomes de peso do meio empresarial e político que serviriam como avalistas da seriedade de seus propósitos de reconstrução nacional. É provável que seja exatamente por esta razão — para dispor de alternativas de reserva — que o presidente tenha adiado até hoje a mudança de ministros. O agravamento da recessão, por exemplo, exigirá, além de afinada política econômica, talento e liderança de dois ministérios hoje considerados os mais fracos do governo: Trabalho e Ação Social. Será sobre estes ministérios que desabarà a responsabilidade de assistir a milhares de desempregados e famintos nos grandes centros urbanos.

Não bastará, entretanto, caso realmente se configure o quadro pessimista, apenas a reforma ministerial para o governo atravessar a crise. Esta seria uma medida para reconquistar a confiança da opinião pública e garantir a estabilidade política de Collor. Mas ela terá que vir acompanhada de medidas importantes no campo político e econômico. A solução mais óbvia, mas também a mais difícil, seria um pacto social para a justa distribuição de perdas entre todas as classes sociais. Hoje, o entendimento nacional é, no entanto, tema tão desgastado que parece impossível viabilizá-lo em tão pouco tempo. Haverá, contudo, como acreditam assessores do presidente, possibilidade de acordos parciais, bilaterais entre o governo e setores da sociedade.

Há economistas, dentro e fora do Palácio do Planalto, que já estudam meios de criar incentivos às empresas que baixassem seus preços. Para isto, entretanto, seria preciso buscar soluções criativas de modo que o estímulo não representasse perda de arrecadação — chave-mestra da estabilidade econômica. Há, no Ministério da Economia, esperança de se chegar a um acordo com os bancos nacionais para renegociação da dívida pública. O ideal seria obter perdão de parte do endividamento, mas é provável que o governo tente generoso prolongamento do perfil da dívida para atenuar os compromissos de curto prazo. Quase a mesma proposta feita aos bancos estrangeiros.

O elenco de soluções econômicas e políticas para atenuar os efeitos de um ano, oficialmente, previsto como difícil é variado. Todas estas saídas, no entanto, passam pela capacidade do governo de convencer a sociedade de que os sacrifícios não serão inúteis. Não será tarefa fácil. Afinal, os sucessivos fracassos de planos econômicos dos últimos dez anos geraram compreensível desconfiança e desesperança no brasileiro. Hoje, já não se acredita em medidas pirotécnicas nem em pacotes milagrosos para salvar o país. O ano de 1992 poderá ser o mais difícil para o governo Collor, mas poderá ser, dependendo de sua capacidade e paciência política, sua consagração como administrador de crises.

Etevaldo Dias